

CAPÍTULO 12

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: TEXTO E CONTEXTO À LUZ DO PENSAMENTO TEÓRICO DE DERMEVAL SAVIANI

Mônica Alves Sally

Doutoranda em Educação
Universidade Federal Fluminense)

RESUMO:

Com base no referencial teórico do professor Dermeval Saviani, o presente artigo revisitou suas contribuições teóricas sobre a política educacional brasileira. Através de revisão de literatura, foi realizada uma sucinta contextualização dos anos iniciais da formação familiar e acadêmica do autor, bem com a constituição do grupo de pesquisa, referências fundamentais à consolidação de conceitos e ideários que se tornaram basilares às análises da trajetória das ações políticas dirigidas a educação nacional, percorrendo desde o Brasil Colônia à atualidade, com a homologação da Lei 9394/96. Percurso histórico que possibilitou ao autor destacar quatro características recorrentes nas ações da gestão educacional: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação. Mesmo com as constatações, Saviani conclama à luta pela construção de uma educação pública responsável e comprometida com os valores à uma sociedade mais justa e igualitária.
Palavras-chave: Educação pública. Brasil. Dermeval Saviani

ABSTRACT:

This article revisited the theoretical framework of Professor Dermeval Saviani focusing on his contributions on Brazilian educational policy. Through a literature review, a brief contextualization of the author's early years of family and academic training was carried out, as well as the constitution of the research group, fundamental references to the consolidation of concepts and ideas that became fundamental to the analysis of the trajectory of political actions aimed at national education, covering from colonization to now, with the approval of Law 9394/96. A historical path that allowed the author to highlight four recurring characteristics in educational management actions: philanthropy, procrastination, fragmentation and improvisation. Even with the findings, Saviani calls for the struggle to build a responsible public education committed to the values of a more just and egalitarian society.
Keywords: Public education. Brazil. Dermeval Saviani

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão de como o intelectual Dermeval Saviani interpreta a educação pública no Brasil. Como está estabelecida a trajetória, limites e perspectivas da educação brasileira a partir do referencial teórico de Dermeval Saviani? Sem a premissa de esgotar uma obra tão importante para o campo educacional, pretende-se trazer contribuições iniciais deste renomado autor, a fim de que outras questões sejam suscitadas. Seus escritos são de extrema relevância para leitores e pesquisadores da educação, sejam os que encontram-se em formação e/ou os que já atuam na escola.

A metodologia utilizada foi à revisão de literatura, contando com análise dos seguintes textos como "A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária" e as obras clássicas do autor "Escola e Democracia" e "A nova Lei da Educação: trajetórias, limites e perspectivas".

SOBRE O AUTOR E SUA OBRA

De acordo com informações coletadas do currículo lattes, com atualização em 03/03/2020[1], o professor Dermeval Saviani, atualmente é professor emérito da Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR, autor de vasta bibliografia cuja temática aborda temas sobre: educação brasileira, legislação do ensino e política educacional, história da educação, história da educação brasileira, historiografia e educação, história da escola pública, pedagogia e teorias da educação.

[1] https://www.escavador.com/sobre/7116274/dermeval-saviani

Nascido em 25 de dezembro de 1943, em uma fazenda em Santo Antônio da Posse, interior de São Paulo, Saviani constituiu a trajetória de escolarização na capital paulista, para onde seus pais mudaram, em busca de trabalho, em 1948. Com onze anos, afasta-se da família e passa a residir em Cuiabá, onde cursa o ginásio no Seminário Nossa Senhora da Conceição. Inicia os estudos Filosóficos, ao ingressar em 1962 no seminário Maior, em Aparecida do Norte, mas, após refletir sobre se seria este o caminho a trilhar, em 1964, transfere-se para PUC/SP, e dá continuidade aos estudos de Filosofia. A partir de então, Marsiglia e Cury, (2017) destacam que Saviani, inicia sua participação na militância e estudantil e posteriormente, segue nas lutas em defesa da educação pública brasileira, iniciada em 1967, ao assumir "oficialmente a função de docente na PUC/SE, na cadeira de Fundamentos Filosóficos da Educação". (2017, p. 499).

Sobre esse período, Marsiglia e Cury (2017) trazem à tona a memória de Saviani, ao resgatar o período da década de 60, do século XX, quando então: "vivia num bairro periférico de São Paulo. [...], enquanto meu pai e meus irmãos participavam das greves nas fábricas e nas ruas, eu participava das assembleias e passeatas estudantis" (p.499). As memórias retratam os conturbados anos vividos, e com eles ficaram as marcas das lutas que influenciaram, e continuam a influenciar a trajetória das pesquisas estudos relacionados à área da educação.

Destacar o contexto de sua origem, familiar e acadêmica, auxilia definir a natureza de seus escritos, pois assim como afirmado por Marsiglia e Cury (2017, p. 501), considero ser "inegável a importância de tais estudos e investigações que esse protagonismo propiciou para a compreensão da história da educação [...]. As lutas e resistências identificadas no acervo bibliográfico, marcado pelos esclarecimentos históricos, teóricos e políticos, representam a consciência de educador atento a necessidade de

tornar acessível à academia, pesquisas relacionadas ao percurso histórico-político da educação brasileira e suas interfaces com as influências internacionais.

Como exemplo de vasta contribuição, cito as obras: "Escola e Democracia", com 1ª edição em 1983; e, um ano após a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/06, publica a obra "A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas", lançadas no ano de 1997, onde descreve minuciosamente o percurso de implantação do dispositivo que passou a referenciar os rumos na educação nacional. Esta última, resgata a história do período jesuítico e nos traz à luz, de maneira detalhada como a educação pública foi construída, e por vezes desconstruída no Brasil.

TEXTO E CONTEXTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

- Brasil Colônia

Sem rodeios, o autor vai direto a síntese de uma trajetória permeada de dificuldades e lutas de interesses, que por vezes inviabilizaram a execução da melhoria da educação de forma igualitária e com qualidade, deste modo, Saviani inicia o artigo, com um título sugestivo, que sintetiza o percurso do pesquisado da história política da educação, intitulado 'A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária'. Eis o entendimento: iniciamos o caminho institucional da educação no enfrentamento de dificuldades desde os primórdios, pois, conforme expressa Saviani, "escola pública no Brasil vive de fato momentos difíceis. No entanto, todos os momentos da educação no Brasil, desde a chegada dos jesuítas em 1549, têm sido bem difíceis" (2018, p.23). Chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega, com a missão de cumprir o de-

signado pelo Rei de Portugal, D. João III, implementam o modelo de educação, que poderia ser compreendido como referência da primeira estruturação de política educacional.

Após três anos do início da missão, em carta de agosto de 1552, o Padre Manuel da Nóbrega, dirigente do grupo dos religiosos, como enfatizou, Saviani (2018, p.23), ao expressar: "dizia que os oficiais do reino mandavam dinheiro para a manutenção dos padres, ou seja, para alimentação e vestimentas, mas não para a construção e a manutenção dos colégios. Depoimento que conduz ao entendimento das vicissitudes enfrentadas, desde os primórdios, da manutenção dos colégios. Mesmo assim, os jesuítas permaneceram responsáveis por ofertarem educação em nosso território, até serem expulsos e substituídos, em 1759, pelo marquês de Pombal.

A partir de então, foi introduzido na colônia portuguesa, um novo padrão didático, com a implantação do modelo de aulas régias. Saviani, descreve que as reformas trazidas pelo marquês de Pombal, denominada de reforma pombalinas, "se inserem no quadro das reformas modernizadoras levadas a efeito por Pombal visando colocar Portugal 'à altura do século', isto é, o século XVIII, caracterizado pelo Iluminismo". (2004, p.04). O aspecto que chama atenção no cenário apresentado, é a educação ser tratada como modernizante, capaz de alavancar e promover destaque social.

Isto porque, ao se contraporem ao modelo dos ideais religiosos, até então dominantes pela intervenção dos jesuítas, o modelo educacional passava a ter o referencial do período iluminista, baseados na lógica e a razão, e com concepções laica, que ganham méritos ante as outras formas de compreender a realidade, e afasta-se do predomínio religioso. No entanto Saviani (2004) assevera que, se o discurso foi de exaltação pelo novo modelo de educação que passaria referenciar as aulas no Brasil-colônia, por outro, autor destaque que também faltaram recursos à implementação de algumas ações que faziam parte do conjunto da implementação das reformas pombalinas, ao expor:

> [...] essa iniciativa não passou de um esboço que não chegou propriamente a se efetivar, por diversas razões, entre as quais podemos mencionar: a escassez de mestres em condições de imprimir a nova orientação às aulas régias, uma vez que sua formação estava marcada pela ação pedagógica dos próprios jesuítas; a insuficiência de recursos dado que a Colônia não contava com uma estrutura arrecadadora capaz de garantir a obtenção do 'subsídio literário' para financiar as "aulas régias"; [...] e, principalmente, o isolamento cultural da Colônia motivado pelo temor de que, através do ensino, se difundissem na Colônia ideias emancipacionistas. (2004, p. 04-05)

Os elementos que impactaram na efetiva consolidação das reformas pombalinas, estavam em síntese articulados em três vertentes, como: formação docente, recursos financeiros e seletividade na educação. Haverá nessa síntese dos conceitos exposto, alguma semelhança com os dias atuais? O que há de nexo entre o período jesuítico e pombalino com o entendimento de educação pública compreendido a partir da teoria de Dermeval Saviani?

Certamente, considerei relevante realizar a anamnese dos constitutivos que marcaram as primeiras expressões de política pública em educação no Brasil, e com elas e, a partir delas, desenvolver o contexto pós-República. Isto porque, a trajetória de constituição de um povo é essencial ao entendimento do porquê somos como somos.

- A República foi proclamada: viva a República!

Com a proclamação da República, em 1889, vislumbrava-se a possibilidade de passarmos a ter, além da autonomia política e administrativa, condições de gerenciar os recursos financeiros, e destiná-los devidamente à educação. No entanto, tal fato não ocorreu, e ainda levaríamos algumas décadas para a Educação, enquanto parte de uma estruturação sistêmica de órgão público, passasse a compor o quadro gestor. (SAVIANI, 2004)

Entramos no século XX, e somente em 1930, que a Educação passa a ser parte da estrutura de governo, quando enfim, foi incorporada a um Ministério, assim mesmo, compartilhada com

a Saúde, era o Ministério da Educação e Saúde. Essa conquista deve-se: as discussões travadas ao longo da década anterior, sobre a qualidade da educação; e a Revolução de 1930, impondo uma reorganização da estrutura política-administrativa nacional. Foi quando então, "começamos a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre eles, a instrução pública popular" (2004, p.06). A partir de então começam a ser estabelecidas as devidas legitimidades, com a constituição de leis, decretos, e outros instrumentos reguladores, à oferta da educação nacional. Enfim, passamos definitivamente a fazer parte da estrutura de governo, em busca de uma consolidação de oferta da educação pública com qualidade. (SAVIANI, 2004)

Neste cenário, a defesa por uma escola pública, com característica de laicidade, gratuita e obrigatória, passou a ganhar ainda mais visibilidade. A defesa desses princípios, passam a ser instituídos com a divulgação, por um grupo de intelectuais, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Grandes educadores e colaboradores fizeram parte da estruturação do documento, suas propostas, ainda representam nossos anseios a serem alcançadas, tamanha a concepção visionária à educação. (SAVIANI, 2004, 2014).

Sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Saviani, fez questão de registrar no prefácio da 34ª edição da obra intitulada "Escola e Democracia" o seguinte depoimento:

> [...] considero que o Manifesto de 1932, mais do que um documento em defesa da Escola Nova, configura-se como um programa de política educacional cujo vetor é a instituição de um sistema completo de educação pública destinado a abarcar todas as crianças e jovens integrantes da população brasileira. Foi, pois, antes de tudo, um manifesto em defesa da escola pública, diferentemente da maioria das experiências de Escola Nova que, no contexto europeu, traziam a marca da iniciativa privada (SAVIANI, 2006, s. p.).

Os ideais da década de 30, não foram em vão. O ideário exposto no documento do 'Manifesto', influenciou na Constituição

Federal – CF de 1946, que propôs estabelecer a formulação de uma Lei específica para educação, bem como, um Plano Nacional de Educação, onde contemplassem o preceito da educação como direito de todos e o ensino primário, como etapa de escolarização obrigatória. Mesmo que a história nos mostre como se deram esses percursos, o importante e constatarmos a relevância do movimento produzido pelos intelectuais da educação nova. Seus ideais ecoam até os dias atuais e ainda representam anseios a serem alcançados. (SAVIANI, 2004).

Nesta trajetória, a luta por uma educação obrigatória, laica e gratuita, enfrentou muitas resistências. As rivalidades, nem sempre pelo bem da educação, foram travadas ao longo dos anos de tramitação da lei de ensino, que teve seu percurso, minunciosamente, teorizado por Saviani, ao detalhar o passo a passo de sua aprovação.

Assim, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024 foi aprovada em dezembro de 1961, após treze anos de tramitação, e mesmo assim, de acordo com Saviani (2004, p.06) "não correspondeu àquela expectativa". O documento continha orientações que ao invés de democratizar, impunham dificuldades restritivas ao acesso de matrícula, a tal ponto que, "em depoimento concedido ao *Diário de Pernambuco*, Anísio Teixeira, defensor incansável da escola pública, afirmou: "Meia vitória, mas vitória". (p. 20). Isto porque muitos foram os embates, e a Lei era a expressão do consenso que conseguiram obter.

A segunda LDB – 9394/1996, também homologada em dezembro, também tramitou sobre um processe de morosidade. Os parlamentares concluíram os trabalhos após nove anos, e ainda recebeu críticas de minimalista. Mas o processo de disputas no campo da política pública em educação, e sintetizado com primazia por Saviani (2004, p. 229) "à visa da trajetória percorrida, estamos prestes a transpor o limiar do século XXI sem termos conseguido realizar aquilo que a sociedade moderna se pôs

como tarefa dos séculos XIX e XX: a educação pública nacional e democrática". Assim, quase no apagar das luzes do século, a nova Lei de ensino foi aprovada, com necessidade de regulamentações e normatizações que viriam com a implementação do Plano Nacional de Educação, que embora tivesse que ser instituído no ano seguinte a homologação da Lei, ou seja, em 2017, somente foi concluído em 2001.

Chego ao ponto da argumentação textual em que demonstrarei como Saviani, analisa a educação púbica no Brasil nas últimas décadas. O autor, tece em suas abordagens a partir de um recorte temporal da nova República, ou seja, a partir da década de 80, isto porque é quando, findado o período de regime militar, passamos a ter condições de (re)estruturarmos a educação, mas será também, a partir desse período, que passamos a ter maior influência das políticas neoliberais e a abertura do mercado aos organismos internacionais[2].

Saíamos de um período de regime militar, iniciado em 1964 e chegávamos às urnas a partir dos anos de 1980, para enfim definirmos os rumos políticos do país nas escolhas dos nossos governantes do legislativo e executivo. Estávamos diante de um novo tempo, e havia um otimismo no ar. A expectativa é que o ensino fosse universalizado e de qualidade à toda população. (SAVIANI, 2006).

No entanto, a redemocratização representava abertura política interna, mas também, externa. O mundo globalizado precisava de mercado, e as portas foram abertas. As influências internacionais começaram a ganhar cada vez mais vez e voz em nossas políticas. Sobre este período, Saviani expressa no prefácio da 30ª edição do livro "Escola e Democracia", que o processo de transi-

[2] No entanto, cabe destacar, que já havia influência internacional durante o período do regime militar, os acordos MEC-USAID, é o exemplo das articulações políticas que influenciavam os procedimentos na área da educação. (SAVIANI, 2004).

ção democrática, acabou por ser dominado pela "conciliação das elites[3]". E continua em suas argumentações ao destacar que a:

> década de 1990 surge, assim, marcada por um clima de perplexidade e descrença. A orientação dita neoliberal assumida por Fernando Collor e agora pelo governo Fernando Henrique Cardoso[4] vem se caracterizando por políticas educacionais claudicantes: combinam um discurso que reconhece a importância da educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não-governamentais, como se a responsabilidade do Estado em matéria de educação pudesse ser transferida para uma etérea "boa vontade pública (SAVIANI, 2006).

Deste então, caminhamos com passos largos à descentralização, de modo a termos cada vez mais implementado a concepção de Estado mínimo, a partir das influências internacionais nas políticas públicas, pelos organismos como UNESCO, Banco Mundial, que passaram a intervir nos rumos da educação[5]. Quanto mais o discurso crescia em torno dos pilares da educação, como aprender a ser, conviver, aprender a aprender e fazer, na mesma medida, ampliavam as influências de grupos privados na busca por espaço na rede pública de ensino. *Slogans* como educação ao longo de toda vida, ecoavam como mantras nas escolas[6].

Assim, ao analisar o período Saviani (2018, p.25), afirma estarmos diante de uma "perversa equação que expressa o significado da política educacional brasileira desde o final da ditatura [...] até os dias de hoje: Filantropia + protelação + fragmentação + improvisação = precarização geral do ensino no país". Em uma re-

---

3 Grifos do autor.

4 A 30ª edição do livro Escola e Democracia, data de 19 de março de 1996, período referente ao primeiro mandato na presidência da República de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

5 A crise econômica mundial no fim do século XX levou alguns países a buscarem um novo entendimento sobre a gestão pública. Cresceu e ganhou cada vez mais capilaridade o movimento impulsionado pela vaga neoliberal, inspirados no modelo inglês da primeira ministra britânica Margareth Thatcher. Saber mais sobre o assunto, ler Anderson (1995).

6 Sobre o assunto, ler o Relatório de Jacques Delors, organizado para a UNESCO sobre a educação do século XXI.

lação cumulativa, as expressões significam o resumo de uma história, onde a educação pública no Brasil demonstra desperdiçar a cada momento a oportunidade de pavimentar um caminho que privilegie as aspirações da população brasileira.

Vejamos a seguir as justificativas apresentadas pelo autor ao emitir cada um dos conceitos, que na sua interpretação caracterizam a educação no Brasil.

Filantropia - "o Estado se mantém como regulador, como aquele que controla, pela avaliação, a educação, mas transfere para a "sociedade" as responsabilidades pela sua manutenção e pela garantia de sua qualidade" (p. 24). Para exemplificar tal entendimento o autor expõe o movimento de "Todos pela Educação", como claro representante de como o Estado se coloca na situação de mínimo, ou seja, diminui sua intervenção e concede a sociedade civil o cuidar e agir na educação, com a inversão de critérios de responsabilidade, conforme preconiza a política neoliberal.

Protelação – adiar as ações e desse modo prorrogar os benefícios e conquistas à escolarização. Alguns exemplos podem ser citados, como: quando atingiremos a totalidade dos Estados e Municípios com os planos de carreiras dos profissionais da educação? Como atingiremos as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE, se em muitos casos o prazo expirou, como exemplo da Meta 1 – que trata da oferta da educação infantil[7]? Quanto tempo ainda levaremos para universalizar com qualidade o Ensino Fundamental? Todos são exemplos reais de como as situações são adiadas, em constantes reprogramações de prazos, como bem ilustrada a citação a seguir, onde o autor ao tomar um exemplo, especifica como adiamos a resolução de um propósito, e expõe:

[7] Meta nº 1 do PNE: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE".

> Tomemos o exemplo dos dois pontos fixados pelo Ar. 60 das Disposições Transitórias da Constituição: eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. A constituição fixou o prazo de 10 anos para o cumprimento dessa meta: 1998. O Plano Decenal "Educação para Todos", de 1993, também 10 anos: 2003. O Fundef, de 1996, igualmente 10 anos: 2006. O Fundeb de 2017, 14 anos: 2021. O PDE, de 2007, 15 anos: 2022. E o PNE, 10 anos, 2024. E assim, de adiamento em adiamento, nós corremos o risco de chegar ao final do século XXI sem conseguir universalizar o ensino fundamental completo e eliminar o analfabetismo, problemas que os principais países resolveram na passagem do século XIX para o século XX. (SAVIANI, 2018, p. 24)[8]

E assim seguimos com passos lentos, sem pressa de cumprir o estabelecido pela Constituição Federal, em 1988. Além do mais, se faz importante ressaltar, que este é apenas um dos muitos exemplos, que poderiam fazer a diferença e beneficiar a oferta da educação pública.

Fragmentação – neste caso uma boa ilustração e ainda não termos Sistema Nacional de Educação, onde possibilitaria a integração, conexão e interdependência dos planos e projetos educacionais. Um outro aspecto que conduz a ideia da fragmentação, é a não continuidade das políticas públicas. É recorrente a crítica de que precisamos de política de Estado e não, tão somente, políticas de Governo, isto porque, os Governos e seus governantes passam, e o Estado e o povo, ficam. Leva-se tempo para a retomada de uma produtividade institucional, ainda não quando ainda se luta por recursos que possam dar o devido supor a implementação de políticas que propiciem a qualidade na oferta de ensino.

Embora o Plano Nacional de Educação – PNE, estabeleçam projeções ao alcance das metas estabelecidas, muitas já perderam o prazo e, embora o plano ainda esteja em vigor, pois sua eficácia irá até 2024, algumas metas expiraram o prazo, sem obter êxito dos seus propósitos, como mencionado anteriormente, ao utilizar

[8] FUNDEF e FUNDEB, significam respectivamente, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

como exemplificação a Meta 1. O prazo estreito de apenas dois anos ao cumprimento do estabelecido, levou ao não realização. Quem fica no prejuízo?

Improvisação – na necessidade de solucionar uma questão, gestores e parlamentares, apresentam soluções que nem sempre são legítimas, e acabam por provocar choques com outras regulamentações ou dispositivos em vigor. O exemplo trazido por Saviani (2018), ilustra o conflito vivido pelo repasse de verbas aos níveis de ensino correspondente à educação infantil e o ensino fundamental, ocasionando um choque de procedimentos, como dissertado a seguir:

> Na verdade, a antecipação do início do ensino fundamental para os 6 anos de idade era uma reivindicação dos prefeitos, o que se devia ao Fundef, que absorvia 60% dos recursos educacionais de estados e municípios concentrados no atendimento exclusivamente ao ensino fundamental. Com isso, os municípios ficavam com apenas 40% para atender à educação infantil, incluindo as creches e as pré-escolas. Daí a reivindicação dos prefeitos, de modo a possibilitar que o então último ano da educação infantil pudesse ser coberto com recursos do Fundef. Atendendo a essa reivindicação, foi sancionada, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, estendendo a duração do ensino fundamental para nove anos. Criou-se, assim, uma ambiguidade que gerou certa confusão nas cabeças principalmente dos pais, pois o ensino fundamental passou a ter nove anos e oito séries. Ou seja, a primeira série ficou correspondendo ao segundo ano. No entanto, em dezembro de 2006, venceu o prazo do Fundef, e em seu lugar foi criado o Fundeb, que passou a abranger toda a educação básica. Portanto, toda a educação infantil passou a ser coberta com os recursos do Fundo. Revelou-se, portanto, totalmente desnecessária a confusão criada com a lei dos nove anos. Não bastasse isso, em 11 de novembro de 2009 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59, que tornou obrigatória a educação dos 4 aos 17 anos, abrangendo, portanto, toda a segunda etapa da educação infantil correspondente à fase pré-escolar (SAVIANI, 2018, p. 24-25).

Até hoje o entendimento sobre anos e série é confuso para os responsáveis e estudantes, afirmação constatada no cotidiano da escola por àqueles que fazem a educação acontecer, e ficam à mercê das disputas políticas e por recursos financeiros. O resultado desta equação é o desequilíbrio no sistema de ensino. A "precarização", repercute nas condições de trabalho do profissional da educação e de toda a equipe que dá o suporte necessá-

rio ao fazer pedagógico, promove o caos institucional, impacta na implementação do currículo e aprendizagem, gera o desconforto da inconstância na educação, pois onde se pressupõe que deveria ter organização sistémica e procedimentos límpidos de onde e como alcançar os objetivos, o que se vê ao longo dos anos são as disputas por quem controlará os recursos, e assim caminha a educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

No íntimo, interpreto o conjunto de suas obras o desejo ardente que façamos a reflexão sobre o ensinamento socrático de, "conheça-te a ti mesmo", ou seja, conheça a trajetória de lutas e diversidades da história político educacional do Brasil, e quem sabe, ao conhecer, possamos interpretar e mudar a realidade, e contribuir com a estrutura do sistema educacional às gerações futuras.

Os escritos de Saviani propiciaram uma viagem no tempo, seja pelas lutas políticas, seja pelas legitimidades dos percursos trilhados ao alcance da formalização de uma educação integrada ao sistema de governo, onde pudesse usufruir dos recurso e estrutura de funcionamento. Os dilemas enfrentados, quase sempre, estavam atrelados as disputas dos recursos. Na verdade, em todas as fases, desde a chegada dos jesuítas, em 1549, até os dias atuais, a educação enfrenta o desafio de defender os recursos financeiros necessários à sua manutenção e que a possibilite uma oferta digna com qualidade. Este momento ainda não chegou.

Um outro aspecto que chamou atenção, foi de como a Coroa não tinha interesse em investir nas "aulas Régias". Ora, basicamente por temer um povo escolarizado, e como reação gerar uma "revolta" de tomada do governo. Já não estamos mais no Império, mas os princípios de preocupação de ter um povo esclareci-

do, parecem ser os mesmos. Os governantes deveriam preconizar a educação como via de crescimento socio-cultural-econômico, mas ainda temem a tomada de poder, e acabam por cercear os direitos de um povo em ter acesso à educação, em detrimento dos interesses próprios.

E o que dizer das tramitações das Leis de Diretrizes e Bases, seja a de 1961 ou de 1996, em ambos os casos o que prevaleceu foram as disputas por predomínio ideológico e de financiamento. Lutas de grupos pela hegemonia da educação, eram evidentes e levaram ao atraso e atravancavam o processo legal. As tramitações mais pareciam leilões, onde quem dava mais, levava. E ainda hoje, é assim.

Eis que chegamos a definição trazida por Saviani, onde expressa sua insatisfação ao definir em quatro significados o sentido da educação no Brasil, contidas nas expressões: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação. Mesmo com exemplos riquíssimos trazidos pelo autor e registrado anteriormente no texto, ouso a incluir um paralelo recente de mais uma dessas ações, que atravessam a luta da escola pública.

Deste modo, tornou-se de grande relevância revisitar os estudos de Dermeval Saviani, que como professor de Filosofia, deixa transparecer em seus escritos a lição de superarmos o Mito da Caverna de Platão, e possamos à luz. Saímos da escuridão. Saímos dos jargões, das palavras que são reproduzidas sem reflexão, seguimos com passos firmes e consciência, rumo a superação do temor de lutarmos pela educação pública, laica e de qualidade. Pois embora façam parte de lemas que remontam a década de 30 do século XX, ainda estamos a caminho, com passos curtos e morosos, rumo ao seu alcance, mas como brasileiro que somos, o importante é não desanimarmos e insistirmos numa luta constante pela defesa de termos uma educação universalizada, democrática, laica e com a devida qualidade, tanto para os profissionais da educação, como para os alunos. Todos somos dignos de desenvol-

vermos com dignidade a missão de transmitir as futuras gerações conhecimentos que possam possibilitar alavancar suas vidas.

Que venham as conquistas!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. https://www.camara.leg.br/noticias/558784-projeto-autoriza-criacao-de-auxilio-creche-para-familias-de-baixa-renda/ acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9 – 23.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198845. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinópse Estatística Educação Básica 2019. Brasília: Inep 2020. Disponível em http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatíaticas-da-educação-básica. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão e CURY, Carlos Roberto Jamil. Dermeval Saviani: uma trajetória cinquentenária. **Interface - comunicação, saúde, educação.** Botucatu, SP: UNESP, 2017; 21(62) 2017; 21(62) 497-507.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação:** trajetória, limites e perspectivas. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Ed. 38ª. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e a questão do Sistema Nacional de Educação. In: CUNHA, Célio da et al. (Orgs). **O Sistema Nacional de Educação:** diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília: Ministério da Educação/

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014.

SAVIANI, Dermeval. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). Crise Capitalista e educação brasileira. Uberlândia, MG: **Navegando**, 2017. Disponível e-book https://www.editoranavegando.com/livro-unicamp.

SAVIANI, Dermeval. A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: KRAWCZYK, Nora. (Org.). Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: **Navegando**, 2018. Disponível e-book https://www.editoranavegando.com/livro-unicamp.